

## A C Ó R D Ã O Nº 8.889

**NATUREZA DO FEITO:** Processo nº 13.845.2010-40-TCE (C/ 04 Anexos)  
**ASSUNTO:** Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Epitaciolândia, exercício de 2009.  
**RESPONSÁVEL:** Senhor **José Ronaldo Pessoa Pereira**  
**RELATOR:** Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Prestação de Contas. Prefeitura Municipal. ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Aplicação de multa ao Gestor à época, com fulcro na Lei Complementar Estadual nº 38/93, art. 89, inciso II.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1) aplicar multa** ao Senhor **José Ronaldo Pessoa Pereira**, Prefeito à época, com fulcro na Lei Complementar Estadual nº 38/93, art. 89, inciso II, no valor de **R\$ 14.280,00** (quatorze mil, duzentos e oitenta reais), por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial – **por 13 (treze vezes) ter infringido a Lei Federal nº 8666/93, art. 25, inciso II**, pela dispensa indevida de procedimento licitatório na contratação de bens e serviços, sendo: **a)** compra de combustíveis; **b)** compra de material de limpeza; **c)** contratação de serviços de contabilidade; **d)** contratação de assessoria jurídica; **e)** contratação de psicóloga; **f)** contratação de assistente social; **g)** locação de caminhão tipo caçamba; **h)** fracionamento de despesa onde o procedimento licitatório utilizado foi o convite em detrimento de outras modalidades cabíveis; e **i)** vícios insanáveis na elaboração da maioria dos procedimentos licitatórios, onde foi verificada a falta de peças fundamentais à transparência do processo, inclusive de parecer jurídico e comprovante das publicações; **2) encaminhar** cópia do que foi apurado ao Ministério Público Estadual, para conhecimento e adoção das providências que entender necessárias, em razão do que foi noticiado e do que consta das condutas tipificadas no art. 135 do Código Penal e artigos 89 e 100 da Lei Federal nº 8.666/93. Após as formalidades de estilo, pelo **encaminhamento** de cópias deste processo à **Augusta Câmara Municipal de Epitaciolândia**, para julgamento das contas de Governo, aqui trazidas também como contas de gestão, conforme art. 23, § 1º, da CE/89 e art. 31, §§ 1º e 2º, da CF/88. **Vencida em parte**, a Conselheira Dulcinéia Benício de Araújo que votou, também, pelo encaminhamento do processo à **Corregedoria deste Tribunal**, para apurar a prorrogação do prazo para defesa do gestor por três

**(A C Ó R D Ã O Nº 8.889 – FL. 02)**

oportunidades e de uma segunda citação, ocasionando um atraso no trâmite processual por quase 15 meses.-----

**Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre**

**Rio Branco – Acre, 29 maio de 2014**

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**  
Presidente do TCE/ACRE

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**  
Relator

Fui presente:

**SÉRGIO CUNHA MENDONÇA**  
Procurador do MPE/TCE/AC